

Por uma integração via educação: o novo marco do Mercosul Educacional no século XXI

Larissa Rosevics

Vínculo Institucional: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Resumo:

A partir do Plano de Ação 2001-2005 do Setor Educacional do Mercosul (SEM) é possível perceber uma maior importância da educação para a integração regional dos países do Mercosul, intensificada com a eleição de lideranças progressistas na região no início do século XXI. O presente artigo pretende demonstrar que, a partir do Plano de Ação 2006-2010 do SEM, construído dentro do novo contexto político regional, estabeleceram-se novas bases para a integração regional via educação dentro do bloco.

Palavras-chaves:

Integração regional – Mercosul educacional – América do sul.

Resumen:

Desde el Plan de Acción 2001-2005 del Sector Educativo del Mercosur (SEM) es posible percibir una mayor importancia de la educación para la integración regional de los países del Mercosur, intensificada con la elección de los líderes progresistas en la región a principios del siglo XXI. Este artículo sostiene que, desde el Plan de Acción 2006-2010 del SEM, construido en el nuevo contexto político regional, fueron establecidas nuevas bases para la integración regional a través de la educación dentro del bloque.

Palabras clave:

Integración regional – Mercosur educativo – América del sur.

Introdução¹

[...] A única forma que eu vejo de revitalizar o MERCOSUL é recuperar esse projeto de radicalização democrática através da participação da sociedade civil nos destinos da integração latino-americana. Esse é um tema que não pode limitar-se a acordos comerciais. Nisso, o MERCOSUL Educacional poderia dar uma grande contribuição.

Moacir Gadotti, 2007, p.26.

A consolidação das conquistas alcançadas e os avanços necessários ao processo de integração regional sul-americano, ao qual pertence o Mercosul, dependem da consciência, por parte das sociedades sul-americanas, de que a integração é um valor regional a ser preservado, sendo seus projetos fundamentais para o desenvolvimento econômico e social nacional e para a participação efetiva dos seus Estados no sistema internacional.

A partir da análise de Ingrid Sarti (2011) da integração sul-americana é possível afirmar que a institucionalidade e as teorias de integração regional estão atrasadas tanto em relação à dinâmica regional, nos níveis governamentais e da sociedade organizada dos Estados sul-americanos, quanto em relação às reais necessidades dos projetos integracionistas presentes na região. Os impasses que hoje se impõem ao Mercosul, frequentemente associados a resistência dos Estado em

conferir/obedecer a supranacionalidade das normas e instituições do bloco, só poderão ser superados com novos arranjos político-democráticos que envolvam as sociedades da região nas decisões do bloco.

A busca por novos mecanismos políticos que confirmem voz e poder de decisão às sociedades depende do conhecimento e do reconhecimento mútuo das necessidades, das diferenças e das semelhanças entre os povos dos Estados da região. Nesse contexto destacamos o papel da educação e do Mercosul Educacional para o projeto do bloco regional.

Entendemos por Mercosul Educacional (ou *Mercosur Educativo*) todo um arcabouço de ações, normas e instituições ligadas ao Mercosul e que dizem respeito a sua área educacional. Desse modo, o Mercosul Educacional não se restringe ao Setor Educacional do Mercosul (SEM), órgão responsável pela estrutura organizacional que define e coordena as ações educacionais do bloco, mas também aos seus projetos e a sua operacionalidade.

O objetivo principal deste artigo é demonstrar que no início do século XXI foi conferida maior importância à área educacional dentro do Mercosul, especialmente pelos governos progressistas recém eleitos na região. A partir da análise dos Planos de Ação do SEM para os períodos de 2001-2005 e 2006-2010, pretendemos demonstrar que, para além da importância conferida à área educacional, os governos progressistas procuraram estabelecer novas bases para o Mercosul Educacional ao entender a educação como um vetor central para o processo de integração regional.

Para melhor entendimento, o trabalho segue dividido em três tópicos. No primeiro apresentamos um breve histórico do Mercosul Educacional, enfatizando o surgimento do SEM, a consolidação de sua estrutura organizacional em 2001 e a agenda de debate do SEM na década de 1990. O segundo tópico trata de como a

¹ Este artigo faz parte da tese de doutoramento da autora em Economia Política Internacional (PEPI-UFRJ) intitulada "O Mercosul Educacional e a criação da Unila no início do século XXI: por uma integração via educação", sob orientação da professora Ingrid Sarti e foi originalmente apresentado no V Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais (V SIMPORI), que aconteceu entre os dias 05, 06 e 07 de novembro de 2014, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Agradeço aos comentários dos participantes do Simpósio e dos avaliadores da revista.

mudança política regional afetou o Mercosul Educacional e como ela se refletiu nos Planos de Ação de 2001-2005 e 2006-2010, destacados como representativos de uma mudança de mentalidade dentro do SEM na relação entre integração regional e educação. No terceiro, realizamos uma análise comparativa dos dois Planos de Ação, demonstrando as mudanças conceituais no interior do Mercosul Educacional.

1. Breve histórico do Mercosul Educacional

O projeto de integração regional no qual o Mercosul está inserido é muito mais amplo e complexo do que a integração econômica e a desregulamentação tarifária expressas no tratado comercial que fundou o bloco, o Tratado de Assunção de 1991, bem como os demais acordos econômicos celebrados entre os Estados membros. Seu histórico descende do diálogo entre Brasil e Argentina na década de 1980 pela construção de um ambiente regional pacífico e próspero entre os dois Estados e que envolvia questões políticas, econômicas, energéticas e socioculturais (SIERRA, 2001; CAETANO, 2011).

Ainda que o tema da educação não esteja presente no Tratado de Assunção, que instituiu o Mercosul, ele foi inserido nos debates do bloco em 1991 pelo Conselho do Mercado Comum (CMC) que instituiu a Reunião de Ministros da Educação (RME) do Mercosul através da Decisão n. 7/1991. A RME é uma instância criada com a função de propor ao CMC, através do Grupo Mercado Comum (GMC), medidas que busquem a coordenação das políticas educacionais entre os países membros do bloco. Em relação às demais reuniões ministeriais, a RME foi precedida apenas pela Reunião de Ministros da Economia e dos Presidentes dos Bancos Centrais (Decisão n. 06/1991 do CMC), o que denota a sua importância estratégica para o bloco.

Desde seu surgimento, as RMEs acontecem periodicamente e nelas são estabelecidos e discutidos os principais temas da agenda regional para educação. Influenciadas na década de 1990 pelo regionalismo aberto, que percebia a integração através de blocos econômicos como uma etapa regional no processo de desregulamentação econômica e abertura de mercados, as RMEs procuraram viabilizar a integração das estruturas educacionais dos países membros do Mercosul, através da cooperação universitária, da promoção do ensino dos idiomas dos países do bloco, da harmonização dos currículos de História e Geografia e de acordos de reconhecimento de certificados, títulos e estudos de níveis primário, médio, não-técnico, técnico e universitário realizados em qualquer um dos Estados membros.

Para auxiliar os Ministros da Educação foram criadas outras instâncias burocráticas, como os Comitês Coordenadores Regionais (CCR), responsáveis pela condução dos estudos e das viabilidades dos acordos a serem propostos para a área educacional, formando assim o Setor Educacional do Mercosul (SEM). O SEM é coordenado pelas RMEs do Mercosul e é dirigido por uma presidência *pro tempore*, rotativa entre os membros do bloco por ordem alfabética a cada seis meses.

Apesar da complexidade dos temas abordados pelo SEM e das atividades contínuas dos Ministros da Educação e dos grupos de trabalho, apenas em 2001 a estrutura organizacional do SEM foi formalmente instituída pelo CMC, através da Decisão n. 15/2001, que também aprovou o Plano de Ação 2001-2005 do Setor. Essa estrutura foi reformulada em 2011 pela Decisão n. 05/2011 do CMC, tendo por objetivo a otimização da administração e do funcionamento do Setor.

A estrutura organizacional do SEM de 2001, objeto de estudo deste artigo, era composta por cinco órgãos: a Reunião de Ministros da Educação (RME), sua instância decisória superior, responsável pelo estabelecimento e

aprovação dos programas, projetos e atividades do SEM; o Comitê Coordenador Regional (CCR), subordinado à RME e composto por técnicos e políticos dos Estados, a fim de auxiliar a RME ao propor políticas de integração e cooperação entre os Estados; as Comissões Coordenadoras Regionais de Área, que àquela época eram três, a Comissão Regional Coordenadora da Educação Básica (CRC-EB), a Comissão Regional Coordenadora de Educação Tecnológica (CRC-ET) e a Comissão Regional Superior de Educação Superior (CRC-ES), subordinados ao CCR e que assessoravam a RME na condução dos objetivos e das ações estabelecidas no SEM; o Sistema de Informação e Comunicação (SIC), responsável por facilitar a divulgação das informações e pela comunicação dos trabalhos do SEM; e os Grupos Gestores de Projetos (GGP), criados em caráter temporário pelo CCR para exercer atividades específicas².

Até 2001, os principais documentos elaborados no âmbito do SEM, e que pautaram a agenda de debate da área educacional do Mercosul foram as atas das Reuniões de Ministros e os planejamentos estratégicos do Setor, elaborados periodicamente pela RME e pelo CCR e compostos por objetivos, diretrizes, metas e resultados esperados do SEM.

Interessa-nos aqui destacar que, a formalização da estrutura organizacional do SEM e o Plano de Ação 2001-2005 do Setor são iniciativas que fortaleceram o Mercosul Educacional, em um contexto de crise e instabilidade do Mercosul Comercial, ou “Fenício” como diria Gerardo Caetano (2011), devido às crises econômicas pelas quais passavam os Estados da região.

Antes da institucionalização da estrutura organizacional do SEM de 2001, foram elaborados três documentos, aqui considerados como os primeiros

planejamentos estratégicos para o Setor, que estabeleceram os objetivos coletivos a serem alcançados pelo Setor e linhas de trabalho e atividades para execução dos seus objetivos.

O primeiro planejamento estratégico do SEM, denominado Plano Trienal do SEM – 1992/1994 (prorrogado até 1998) colocava ao Setor três objetivos principais: 1) a formação de uma consciência social favorável ao processo de integração; 2) a capacitação de recursos humanos para contribuir com o desenvolvimento econômico; 3) a compatibilização e a harmonização dos sistemas educativos. Desses três objetivos surgiram linhas de trabalho que visavam a mobilidade de docentes e técnicos e a criação de mecanismos de reconhecimento de estudos e homologação de títulos obtidos nos diferentes países.

Em 1995, o CMC aprovou a Decisão n.09/1995, que dispunha sobre o “Programa de Ação do Mercosul até o ano 2000”, com planos e metas para cada uma das áreas do bloco. A maior parte do documento referia-se à consolidação e ao aperfeiçoamento da união aduaneira, relegando questões como cultura, saúde e educação à “Dimensão global da Integração”. Para a educação, o documento traz a seguinte afirmação:

3.5 A educação - O objetivo permanente nesta área deverá ser o melhoramento da qualidade da educação nos Estados Partes, incorporando-lhe uma dimensão cultural e lingüística. Assim mesmo, há que se aprofundar a integração educativa. Nesse sentido, dever-se-ão ser conciliados os diversos níveis educativos, estabelecer instâncias de formação conjunta de recursos humanos, estabelecer planos de ensino-aprendizado das línguas oficiais do MERCOSUL, articular os sistemas de informação nacionais e reconhecer a formação acadêmica. (MERCADO Comum do Sul, 1995, p.12).

² Sobre a estrutura organizacional atual do SEM: Cf. Anexo: Organograma do Setor Educacional do Mercosul.

O “Programa de Ação do Mercosul até o ano 2000” do CMC inspirou os Ministros de Educação do Mercosul a elaborarem um documento próprio, aprovado em 1996 e denominado “Mercosul 2000: desafios e metas para o Setor Educacional”, o qual procurou renovar e ampliar as agenda de debate e as áreas prioritárias do Mercosul Educacional a serem contempladas nos próximos planejamentos estratégicos do Setor.

As áreas destacadas no documento “Mercosul 2000” foram: 1) a renovação educacional, com a incorporação da perspectiva regional à cultura das organizações; 2) a avaliação educacional, com estabelecimento de parâmetros regionais para as disciplinas, facilitando o reconhecimento de estudos; 3) a cooperação interuniversitária; 4) a criação de um sistema de informação que possibilite via internet colocar a disposição do público os dados sobre educação da região e sobre o SEM; 5) a relação educação e trabalho, definindo as competências básicas e de trabalhos comuns aos países membros; 6) a abordagem de temas transversais, que contribuam para formar uma consciência favorável ao processo de integração cultural e social. Todas essas áreas foram incorporadas pelo segundo Plano Trienal do SEM – 1998/2000 e influenciaram a construção das estratégias presentes no documento.

O Plano de Ação 1998-2000 do SEM consolida a agenda de debate da área educacional do Mercosul, a partir do estabelecimento dos seguintes princípios orientadores e das áreas prioritárias do SEM. Por princípios orientadores, o plano destaca: I – Integração regional e respeito à diversidade; II – Compromisso democrático; e III – Educação de qualidade para todos. Por áreas prioritárias, o plano destaca duas: I – Desenvolvimento da identidade regional, por meio do estímulo ao conhecimento mútuo e a uma cultura de integração; II – Promoção de políticas regionais de capacitação de recursos humanos e melhoria da qualidade da educação.

Ainda que primários, os Planos Trienais do SEM anteriores a 2001 possibilitaram avanços importantes nas discussões dos seguintes temas: cooperação universitária; consolidação do Sistema de Informação; debate sobre a criação de um fundo de financiamento para o SEM; e nos debates sobre renovação educacional, avaliação educacional, ensino dos idiomas do bloco na educação básica; adequação e compatibilização dos currículos de História, Geografia e formação técnica-profissional; além das relações entre educação-trabalho, educação-cultura, educação-meio ambiente, educação-direitos humanos e educação-democracia³.

Em 1998 foi implantado o Mecanismo Experimental de Credenciamento de Cursos para Reconhecimento de Títulos de Graduação Universitária nos Países do Mercosul (MEXA). De caráter voluntário, o MEXA buscava a implantação de um sistema de credenciamento de cursos superiores, através de avaliações de pares, sem vínculo automático com o exercício profissional. Ou seja, ele buscava a validação dos diplomas universitários no âmbito do Mercosul, mas não autoriza automaticamente o exercício da profissão.

³ Entre 1991 e 2001, os Estados Membros do MERCOSUL assinaram os seguintes protocolos referentes à área educacional: Protocolo de Integração Educacional e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio não-Técnico (Decisão nº 4/1994); Protocolo de Integração Educacional sobre Reconhecimento de Títulos Universitários para Continuidade de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades no MERCOSUL (Decisão nº 4/1995, revogada e substituída pela Decisão nº 8/1996); Protocolo de Integração Educacional e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Técnico (Decisão nº 7/1995); Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação (Decisão nº 9/1996); Protocolo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas (Decisão nº 3/1997, revogada e substituída pela Decisão nº 4/1999).

2 Da integração da educação à integração via educação

A institucionalização da estrutura organizacional do SEM e os avanços alcançados nos dez primeiros anos do órgão tornaram os seus planejamentos estratégicos mais complexos a partir de 2001. O Plano de Ação do SEM 2001-2005 atribuiu ao órgão missão, princípios orientadores, objetivos estratégicos e metas a serem cumpridas, procurando fortalecer e institucionalizar os projetos até então criados, como o MEXA. O Plano 2001-2005 destaca que “O SEM reconhece que a qualidade da formação de recursos humanos e o acesso ao conhecimento fazem da educação uma ferramenta essencial para a obtenção da equidade, da competitividade e do desenvolvimento da cidadania” (MERCADO Comum do Sul, 2001, p.8).

Para Moacir Gadotti, o Plano de Ação 2001-2005 possibilitou importantes avanços institucionais dentro do SEM. Porém, o Plano não apresenta de maneira clara a qual projeto de integração as ações do Setor serviriam:

Avanços significativos foram constatados no Plano de Ação 2001-2005. Entre eles, a aprovação de numerosos protocolos e acordos de integração educativa nos níveis de educação básica, média, técnica e universitária, a articulação com os organismos internacionais e a implementação de estratégias para o ensino de História e Geografia na perspectiva regional. Faltaria um diagnóstico mais aprimorado para dar consciência às metas a alcançar e, sobretudo, a explicitação de uma concepção de integração mais clara. Integrar para quê? Integrar ou incluir? A favor de quem? Por quê? Em educação, o projeto técnico precisa sempre de um projeto político-pedagógico. (GADOTTI, 2007, p.25).

Atribuímos os questionamentos de Gadotti ao fato de que o Plano de Ação 2001-2005 foi construído em um contexto de desgaste do modelo neoliberal na região, mas de governos ainda comprometidos com um projeto de integração baseado no regionalismo aberto. Isso fez com que o texto do documento, elaborado entre os anos 2000 e 2001, não expressasse claramente a qual projeto de integração ele estaria sujeito.

Com o novo contexto político regional, o problema apontado por Gadotti é superado, ou seja, as ações inovadoras propostas pelo Plano de Ação 2001-2005 passam a ser inclusas em um projeto de integração que descentraliza a questão comercial dentro do processo e passam a dar maior relevância às ações voltadas para as integrações educacionais e socioculturais. Para além da importância conferida à área educacional, os governos progressistas eleitos estabeleceram novas bases para o Mercosul Educacional ao entender a educação como um vetor central para o processo de integração regional. O novo contexto também contribuiu para a criação do Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul (FEM), aprovado em 2004 como sendo o primeiro fundo setorial para financiamento de ações específicas no Mercosul (BARRETO JR, 2011).

A mudança significativa nos rumos do Mercosul aconteceu, portanto, a partir de 2003, com as eleições de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência no Brasil e Néstor Kirchner na Argentina. Leonardo Granato (2014) destaca que ambos os presidentes procuraram reafirmar, desde o início de seus mandatos, a importância estratégica do Mercosul para o desenvolvimento econômico e social de seus países e para a inserção dos mesmos no sistema internacional, reformulando assim as dimensões do Mercosul. Com relação ao Governo de Lula da Silva, a preocupação principal foi retomar e ampliar o projeto político do Mercosul, percebendo-o como uma área de convergência de políticas industriais, agrícolas, sociais, educacionais e técnico-científicas dos países membros, e

não apenas como uma união aduaneira. É possível afirmar que desde o primeiro ano de Governo, a postura do Presidente Lula da Silva em relação ao Mercosul foi de ampliação das relações não apenas econômicas, mas também políticas, educacionais e socioculturais com os demais membros do bloco. Destacamos a importância por ele dada à questão educacional como fundamental para o processo de integração em dois de seus discursos:

Temos que fazer um MERCOSUL democrático, participativo. É esse MERCOSUL que nossas populações querem. É esse MERCOSUL que defendemos em nossas campanhas eleitorais. Daremos importância à construção de instituições comuns, de políticas sociais articuladas, de parcerias **na área educacional e cultural** dentro do bloco, para que possa florescer uma verdadeira identidade dos cidadãos de nossos países com o MERCOSUL. [...] O MERCOSUL está no centro da estratégia brasileira de inserção no mundo.

Discurso do Presidente Lula na XXIV Cúpula do MERCOSUL. Assunção, 18 de junho de 2003.

Sempre apostamos no MERCOSUL. Entendemos que seu êxito implica a realização plena de sua vocação de união aduaneira. Mas o MERCOSUL deve constituir-se em espaço de articulação de políticas industriais, agrícolas, de ciência e tecnologia, que assuma também uma dimensão social, e que garanta a livre circulação de pessoas. Devemos propiciar uma **profunda integração de nossas universidades e instituições científicas e estimular contatos culturais entre nossos povos**. Devemos perseguir a articulação de nossos sistemas produtivos.

Discurso do Presidente Lula na sessão do Parlamento da Argentina em homenagem ao Brasil. Buenos Aires, 16 de outubro de 2003. (REPÚBLICA Federativa do Brasil, 2007, p.39)

O Plano de Ação do SEM para o período de 2006-2010 começou a ser elaborado ainda em 2004, a partir do balanço das ações do plano de 2001-2005 e incorpora em seu texto a percepção de que as mudanças nos cenários político e econômico internacionais do início do século XXI promoveram a deterioração das instâncias multilaterais e o estabelecimento de políticas unilaterais por parte das potências e blocos com maior poder no sistema internacional. Na América Latina, as crises econômicas e a desigualdade social colocaram em cheque as políticas econômicas da década de 1990, provocando nas sociedades o desejo de mudança, levando a eleições de governos progressistas na região.

Nesse contexto, o Plano de Ação 2006-2010 do SEM destaca que o Mercosul não se restringe à construção de um mercado comum, sendo um instrumento importante para a realização de ações coordenadas que visem a melhoria das condições de vida dos habitantes da região e a “educação segue sendo reconhecida como condição para fortalecer o processo integrador e para assegurar a sua irreversibilidade” (MERCADO Comum do Sul, 2006, p.5), argumentos esses que refletem a posição dos governos eleitos na região. A integração via educação é vista como meio para superação das assimetrias e iniquidades nos níveis nacionais e regionais, fortalecendo, assim, a equidade entre os Estados.

Apesar das dificuldades pelas quais o Mercosul vinha passando desde finais da década de 1990, os representantes dos países membros mantiveram reuniões regulares junto ao Setor, estabelecendo acordos nas áreas de acreditação e mobilidade universitária, na inserção nos currículos escolares do ensino dos idiomas dos países membros, além de diversos incentivos ao intercâmbio cultural e criação de redes educacionais. Contudo, o foco do SEM era a integração da educação, ou seja, a integração das estruturas educacionais dos países membros do Mercosul, dentro do contexto neoliberal de

desregulamentação, competitividade e abertura de mercados.

O Plano de Ação 2006-2010 do SEM representou um passo importante para o projeto do Mercosul ao trazer a integração via educação e abrir novas possibilidades de diálogo regional na área educacional ao constatar que não se tratava apenas de incorporar mais estudantes aos sistemas educativos dos Estados ou simplesmente integrá-los, mas também fornecer educação de qualidade, inserida na realidade regional e voltada para a integração.

3 Um novo marco para o Mercosul Educacional

Nas transcrições abaixo da missão do SEM presente nos dois Planos de Ação elaborados no início do século XXI (2001-2005 e 2006-2010), são destacadas as mudanças presentes no texto da missão, realizadas com o intuito de incorporar ao órgão a necessidade de elaboração de políticas que articulem a educação e integração no Mercosul:

[Plano de Ação 2001-2005]

Neste marco, e há dez anos da criação do MERCOSUL, nós Ministros da Educação redefinimos como missão do Setor Educativo do MERCOSUL (SEM) “contribuir aos objetivos do MERCOSUL organizando um espaço educativo comum, estimulando a formação da consciência cidadã para a integração, a mobilidade e os intercâmbios com o objetivo de lograr uma educação de qualidade para todos, com atenção especial aos setores mais vulneráveis em um processo de desenvolvimento com justiça social e respeito a diversidade cultural dos povos da região” (MERCADO Comum do Sul, 2001, p.8).

[Plano de Ação 2006-2010]

Neste sentido, a missão do SEM é Formar um espaço educativo comum, **através da organização de políticas que articulem a educação com o processo de integração do MERCOSUL**, estimulando a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade e cidadania regional, com o objetivo de lograr uma educação de qualidade para todos, com atenção especial aos setores mais vulneráveis no processo de desenvolvimento com justiça social e respeito a diversidade cultural dos povos da região. (MERCADO Comum do Sul, 2006, p.22).

A nova missão do SEM amplia o foco ao pensar a integração regional via educação, ou seja, como um projeto político de integração das culturas e dos povos através da formação educacional voltada para a realidade regional, em busca de soluções para os problemas regionais tendo como direcionamento a integração. Essa perspectiva fica mais evidente a partir dos objetivos e das diretrizes estratégicas presentes no Plano de Ação 2006-2010.

O Plano 2006-2010 estabelece cinco objetivos estratégicos para o Setor: 1) contribuir para a integração regional acordando e executando políticas educativas que promovam uma cidadania regional, uma cultura de paz e o respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente; 2) promover a educação de qualidade para todos como fator de inclusão social, de desenvolvimento humano e produtivo; 3) promover a cooperação solidária e o intercâmbio para a melhoria dos sistemas educacionais; 4) impulsionar e fortalecer programas de mobilidade de discentes, docentes, investigadores, gestores e profissionais; 5) **organizar políticas que articulem a educação com o processo de integração do Mercosul** (MERCADO Comum do Sul, 2006).

O quinto objetivo, em destaque, trata especificamente da mudança ocorrida na missão do órgão de procurar meios que viabilizem a integração via educação, conforme argumentado anteriormente. No

Plano de Ação 2006-2010 do SEM, os objetivos são desdobrados em diretrizes estratégicas, estabelecidas para a condução destes e, com relação ao objetivo citado, destacamos duas diretrizes ímpares: **5.3) Promoção de uma formação específica para a integração;** e **5.6) Consolidação orgânica e financeira do SEM no marco institucional do Mercosul** (MERCADO Comum do Sul, 2006).

Até a criação do Plano de Ação 2006-2010, não havia no âmbito do SEM qualquer intensão explícita em estabelecer iniciativas ou projetos de formação educacional, em qualquer nível, que fossem pensados especificamente para a integração regional.

Com o estabelecimento da diretriz estratégica 5.3, que visa à promoção de uma formação específica para a integração, abre-se a possibilidade de diálogos em torno da criação de espaços regionais de ensino e pesquisa, de instituições de ensino multinacionais com vocação específica à integração regional. A principal questão que se impõe é se é possível tornar realidade projetos dessa envergadura dentro da estrutura institucional do Mercosul.

Conclusão

No Mercosul a integração educacional foi almejada desde o princípio, conforme demonstrado pela criação, em 1991, da Reunião de Ministros da Educação, que procurou manter o diálogo entre os países do bloco, em matéria de educação através de reuniões regulares, da criação de instrumentos de comunicação permanentes e de planejamentos estratégicos coletivos para a área.

Na década de 1990 prevaleceu no Mercosul um modelo de integração liberal competitivo, sintetizado no conceito de regionalismo aberto, em que a integração comercial do bloco era concebida como uma etapa regional dentro do contexto internacional maior de

desregulamentação e abertura econômica. Tal modelo privilegiou, no bloco, uma integração educacional centrada na integração das estruturas educacionais dos Estados, através da promoção: da cooperação universitária; da harmonização dos currículos de História e Geografia; do ensino dos idiomas Português e Espanhol; e do debate em torno de instrumentos legais de acreditação de títulos e diplomas de ensino fundamental, médio não-técnico, médio técnico e universitários.

O Plano de Ação 2001-2005 e a institucionalização da estrutura organizacional do Setor Educacional do Mercosul, aprovados pelo Conselho Mercado Comum em 2001, são o resultado do trabalho contínuo dos Ministros da Educação do bloco e representam uma maior relevância que a educação passou a ter dentro do projeto de integração regional do Mercosul no início do século XXI.

Contudo, consideramos como o novo marco do Mercosul Educacional a perspectiva presente no seu Plano de Ação seguinte, para o período 2006-2010, em que a área educacional no Mercosul é entendida como instrumento que deve ir além da eliminação das barreiras burocráticas que impedem a livre circulação de estudantes e de profissionais liberais diplomados. A partir do Plano de Ação 2006-2010 do SEM, a área educacional no Mercosul passa a ser entendida também como capaz de criar espaço para a promoção do diálogo entre os povos da região, de promover a “integração dos povos pelos povos”, nas palavras de Francisco Holanda (2001), independente das estruturas de poder do sistema internacional que oprimem e excluem os povos sul-americanos.

A emergência desse novo marco só foi possível devido ao contexto de descontentamento com as medidas neoliberais implantadas nos países da região ao longo das décadas de 1980 e 1990, que ampliaram a desigualdade social e não proporcionaram o crescimento econômico esperado. Tal contexto possibilitou a ascensão de lideranças progressistas que entendiam a integração

regional como o caminho para a justiça social e o desenvolvimento econômico dos Estados da região. Em prol de um modelo de integração mais solidário, os líderes progressistas procuraram superar a visão estritamente econômica e comercial em que estavam centrados os debates no bloco, em prol de um modelo de integração capaz de ampliar os espaços para as questões políticas, sociais e culturais.

Para Daniela Perrotta (2013), há na integração educacional do Mercosul uma clara tensão entre o modelo liberal competitivo, hegemônico na década de 1990 e o modelo solidário em ascensão. A preocupação ligada à

acreditação de títulos e certificados universitários, da qual faz parte o Sistema de Acreditação Regional de Carreiras Universitárias do Mercosul (ARCU-SUR), antigo MEXA, soma-se o interesse de estabelecer espaços comuns de ensino e pesquisa, através do projeto de Espaços Regionais de Educação Superior (Eres) do Mercosul.

Cabe destacar, por fim, que a área educacional do Mercosul tem muito a contribuir para o processo de integração regional do Mercosul, conforme aponta Gadotti (2007) e apresenta-se como um campo profícuo para pesquisas sobre o processo de integração regional do Mercosul, os seus projetos e suas limitações.

BIBLIOGRAFIA

BARRETO JR, Edison Rodrigues (2011). *O Setor Educacional do Mercosul e a educação superior: principais avanços do projeto de integração regional*. In: CERQUEIRA FILHO, Gisálio. (org.). *Sulamérica: comunidade imaginada, emancipação e integração*. Niterói, EdUFF, pp.85-98.

CAETANO, Gerardo (2011). "Breve historia del MERCOSUR em sus 20 años. Coyunturas e instituciones (1991-2011)". In: _____ (org). *MERCOSUR 20 años*. Montevideú, CEFIR, pp. 21-71.

CARVALHO, Glauber C.; ROSEVICS, Larissa (2013). "A política externa do governo Lula para a América do Sul: Unasul e Unila". In: SARTI, Ingrid; LESSA, Mônica; PERROTA, Daniela; CARVALHO, Glauber (Org.). *Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI*. Rio de Janeiro, Perse. p. 225-240.

GADOTTI, Moacir (2007). *O Mercosul educacional e os desafios do século 21*. Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teiceira. (Série Documental. Textos para Discussão, n.25).

GRANATO, Leonardo (2014). *A integração na América do Sul em discussão nos governos do Brasil e da Argentina (2003-2010)*. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional). Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ.

HOLANDA, Francisco Ubiratan Xavier (2011). "Integração descolonizadora do poder ou a integração dos povos pelos povos." In: VASCONCELLOS, Patricia Mara Cabral; VIANA, João Paulo Saraiva Leão; MIGUEL, Vinicius Valentin Raduan (org.). *Integração sul-americana: desafios e perspectivas*. Porto Velho, Edufro, pp.182-199.

SARTI, Ingrid (2011) "A arquitetura política e os desafios da institucionalidade na integração Sul-americana". In: CERQUEIRA FILHO, Gisálio. (org.). *Sulamérica: comunidade imaginada, emancipação e integração*. Niterói, EdUFF, pp.177-191.

SIERRA, Géronimo (2001). "El Mercosur como proceso multidimensional y cómo estudiarlo desde la ciencias sociales." In: SIERRA, Gerónimo (org). *Los rostros del Mercosur: el difícil camino de lo comercial a lo societal*. Buenos Aires, CLACSO, p.11-19.

PERROTTA, Daniela (2013). *El regionalismo de la educación superior en el proceso de integración regional del MERCOSUR: políticas de coordinación, complementación, convergencia y armonización en las iniciativas de acreditación de la calidad de las carreras de grado (1998-2012)*. Buenos Aires, FLACSO, Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. 504p.

FONTES:

MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL) (2006). *Anexo IV Plan del SEM 2006-2010*. In: _____. *Reunião de Ministros da Educação. Ata n.01/2006 da XXX Reunião de Ministros da Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul*. Buenos Aires.

_____ (1991a). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 06/1991. Dispõe sobre a criação da Reunião de Ministros da Economia e dos Presidentes dos Bancos Centrais. Montevideo.

_____ (1991b). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 07/1991. Dispõe sobre a criação da Reunião de Ministros da Educação. Montevideo.

_____ (1992). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 07/1992. Plano Trienal para o Setor Educação no contexto do Mercosul. Las Leñas.

_____ (1995). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 09/1995. Programa de ação do Mercosul até o ano 2000. Assunção.

_____ (1999). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 13/1998. Plano Trienal e Metas do Setor Educacional. Rio de Janeiro.

_____ (1997). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 25/1997. Adiamento da vigência do "Plano Trienal para o Setor Educação no contexto do Mercosul". Montevideú.

_____ (2001). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 15/2001. Estructura orgánica y Plan de Acción 2001-2005 del Sector Educativo del Mercosur, Bolivia y Chile. Montevideú.

_____ (2004). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 33/2004. Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul (SEM). Belo Horizonte.

_____ (2006). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 05/2006. Estructura orgânica do Setor Educativo (sic) do Mercosul (SEM) (Complemento da Decisão CMC n.15/01). Córdoba.

_____ (2011). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 05/2011. Estructura orgânica e regulamento interno da Reunião de Ministros da Educação e os órgãos dependentes do Setor Educacional do Mercosul. Assunção.

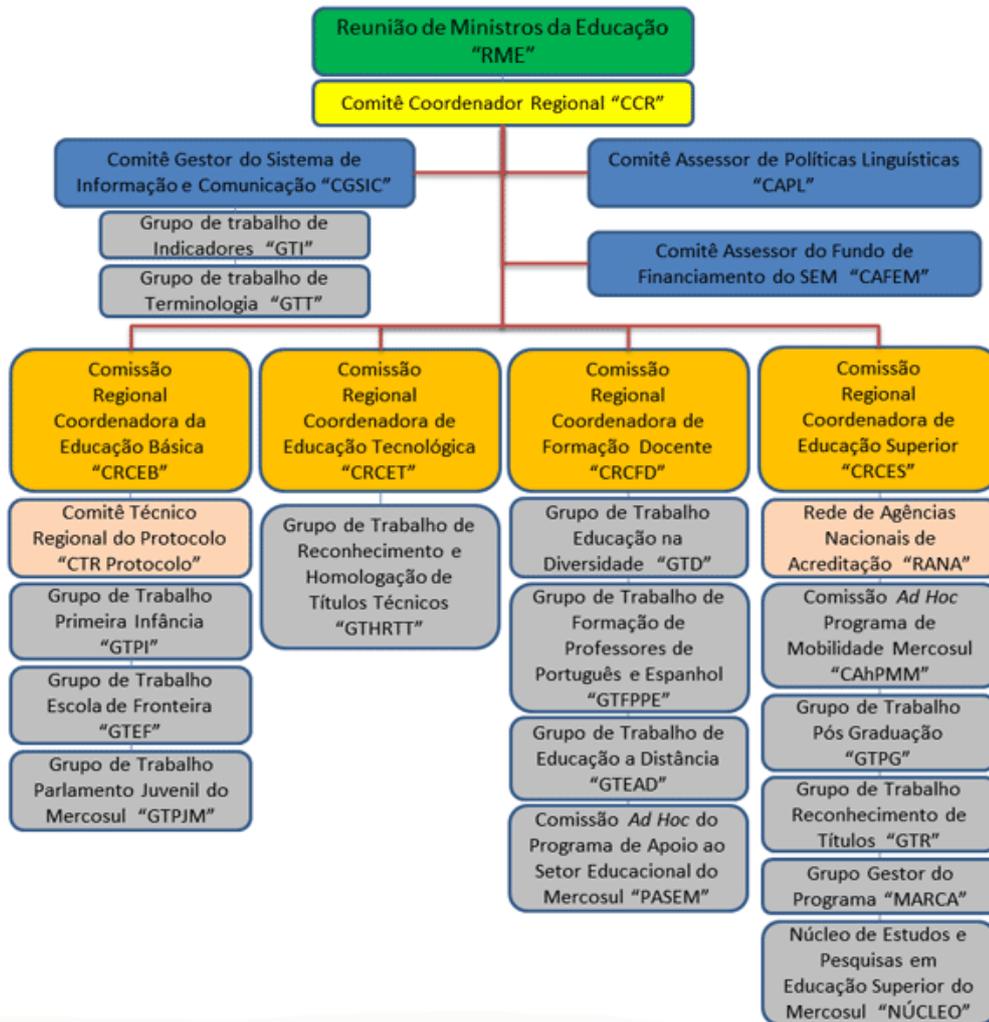
_____ (1996). Reunião de Ministros da Educação. Ata n.09/1996 da X Reunião de Ministros da Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Buenos Aires.

PORTAL Mercosul Educacional/Mercosur Educativo (2014). O que é o Setor Educacional do Mercosul. Disponível em: <http://edu.mercosul.int/pt-BR/mercosul-educacional/o-que-e.html> Acesso em: 25 out.

REPÚBLICA Federativa do Brasil (2007). Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. Repertório de política externa: posições do Brasil. Brasília, FUNAG.

ANEXO

ORGANOGRAMA DO SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL



Fonte: (Site Mercosul Educacional, 2014)